

AS FIGURAS DE PENSAMENTO: ESTRATÉGIA DO ENUNCIADOR PARA PERSUADIR O ENUNCIATÁRIO

José Luiz FIORIN*

RESUMO: Este trabalho pretende estudar as figuras de pensamento da retórica clássica como uma das estratégias empregadas pelo enunciador para persuadir o enunciatário, para fazê-lo crer em seu discurso. Essas figuras retóricas dividem-se em dois grupos: as que se constroem a partir de procedimentos da sintaxe discursiva e as que se produzem a partir de mecanismos da semântica discursiva. As primeiras têm sua origem num desacordo entre as instâncias do enunciado e da enunciação, quando, por exemplo, se afirma algo no enunciado e se nega na enunciação, enquanto as segundas resultam de uma combinação, na sucessividade do sintagma, de figuras do discurso em disjunção. Com as figuras de pensamento, o enunciador diz sem ter dito, simula moderação para dizer de maneira enfática, finge ênfase para afirmar de maneira atenuada, apresenta uma nova combinação de figuras do discurso para levar o enunciatário a assumir o que lhe está sendo comunicado.

UNITERMOS: Figuras de pensamento; contrato enunciativo; processo de comunicação.

“A retórica é uma *técnica*, isto é, uma ‘arte’ no sentido clássico da palavra: arte da persuasão, conjunto de regras, de receitas, cuja realização permite convencer o ouvinte do discurso (e, mais tarde, o leitor da obra), mesmo se aquilo que se pretende inculcar for ‘falso’.”

Roland Barthes

I - COMUNICAÇÃO E MANIPULAÇÃO

A comunicação não deve ser entendida apenas como um fazer informativo, mas também e principalmente como uma estrutura complexa de manipulação, em que o enunciador exerce um fazer persuasivo e o enunciatário, um fazer interpretativo (4, p. 45-48). O primeiro, dotado de um querer/saber/poder fazer-criar, faz o segundo crer em seu discurso. Se o ato comunicativo é, ao mesmo tempo, um fazer persuasivo e um fazer informativo, deve ser descrito como um programa narrativo complexo, que comporta um programa de base e programa(s) de uso.

Informar é transmitir um objeto cognitivo, um saber. Esse valor acha-se inscrito num enunciado. No entanto, para transmiti-lo, é necessário que o sujeito operador desse fazer o possua. A posse de um objeto pode ocorrer por meio de um PN de dom, um PN de troca ou um PN de produção (3, p. 161). No nosso caso, o sujeito deve produzir o enunciado. O fazer enunciativo, programa de produção do enunciado, consiste num programa de uso em relação ao da informação. É a posse do objeto que torna o sujeito operador da informação competente para reali-

* Departamento de Linguística – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

zá-la. O programa da enunciação faz parte da aquisição da competência no programa da informação.

Diana Luz Pessoa de Barros propõe descrever a enunciação no interior do percurso gerativo de sentido. No nível narrativo, o fazer enunciativo apresentaria os percursos do destinador-manipulador, do destinatário-sujeito e do destinador-julgador, que seriam tematizados, no nível das estruturas discursivas, como produção ou comunicação (1, p. 278-279). Embora fique evidente que produção e comunicação constituem tematizações, são temas que recobrem programas narrativos que se encaixam e não um único programa narrativo. Além disso, o fato de se considerar produção e comunicação como duas possibilidades de tematizar um mesmo programa obriga a deixar vazios certos percursos narrativos em cada uma das tematizações, o que não ocorreria se se analisasse o ato comunicativo como um programa narrativo complexo.

Manar Hamad propõe considerar o conjunto enunciativo que engloba todas as marcas de enunciação disseminadas no texto-objeto como uma totalidade estrutural. Esse processo enunciativo, visto como um microuniverso semântico completo, seria analisado de acordo com o percurso gerativo. Esse processo da enunciação enunciada seria metalingüístico em relação ao processo do enunciado enunciado. Isso significa que uma relação hierárquica se estabelece entre esses dois processos, que dependem de dois sistemas. Hamad coloca a oposição/enunciação enunciada/ vs /enunciado enunciado/ em paralelo com a oposição /estabelecimento e validação do contrato/ vs /performance/. Tal contraposição permite ver o enunciado enunciado como uma performance, o que modifica seu estatuto de mero objeto-valor que se transfere do enunciativo para o enunciatário. Se a enunciação enunciada desempenha em relação ao enunciado enunciado o papel que as seqüências contratuais exercem em relação à performance, ela participa do estabelecimento do enunciado enunciado, uma vez que este será desenvolvido de acordo com o contrato enunciativo firmado (5, p. 35-43).

Tomando essas idéias como ponto de partida, poder-se-ia descrever o programa narrativo da enunciação. Um destinador transmite ao destinatário-sujeito da enunciação um querer e/ou dever-enunciar. Há um querer-enunciar, se destinador e destinatário estiverem em sincretismo, e um dever, se os dois papéis actanciais forem manifestados por atores distintos, como, por exemplo, quando um professor determina que seus alunos façam uma dissertação. No programa o destinatário-sujeito já possui uma competência (um saber e um poder-enunciar já adquiridos) para executar a performance ou deve adquiri-la. O saber-enunciar compreende um saber semiótico, ou seja, saber-gerar sentidos, e um saber-textualizar, o que inclui saber utilizar a semiótica em que o sentido será veiculado. A performance é a construção do enunciado, isto é, a passagem de não-enunciado a enunciado. O objeto produzido vai portar as marcas da enunciação, que vão decorrer do contrato enunciativo que o enunciativo vai firmar com o enunciatário numa fase logicamente pressuposta do ato de comunicação. O destinador-julgador verifica se a performance foi ou não executada. Este actante pode ou não estar em sincretismo com o destinatário-sujeito. O segundo caso ocorre, por exemplo, quando um professor apenas verifica se o estudante fez ou não sua dissertação. Resta, nesse programa, um problema que discutiremos posteriormente: como se escolhe o tipo de texto a enunciar.

O programa da enunciação constitui a fase da competência de um programa de informação. Com efeito, só pode informar (transmitir enunciados) quem é detentor do objeto (enunciado) a ser transmitido. Analisemos as outras fases desse programa. Um destinador transmite a um destinatário um querer e/ou dever-informar. Esses dois papéis podem ou não estar em sincretismo. Na performance, o destinatário-sujeito, que exerce o papel temático de emissor, faz um sujeito de estado, que desempenha o papel temático de receptor, entrar em conjunção com um valor "saber" inscrito no objeto "enunciado", que engloba a enunciação enunciada e o enuncia-

do enunciado. Trata-se de um fazer emissivo que pode ser figurativizado como fala, exibição de um filme, etc. Esse fazer inclui-se na categoria da comunicação participativa, pois, ao fazer o sujeito₂ entrar em conjunção com o objeto, o sujeito₁ não se torna disjuncto dele (4, p. 47).

É do ponto de vista da manipulação desse programa que se deve pensar a questão do que Jakobson chamou “função fática” da linguagem. Quando se faz circular um enunciado, pode-se inscrever nele um dos seguintes valores: “saber” ou “querer estabelecer ou manter uma relação de solidariedade inter-subjetiva ou a coesão social” (4, p. 276). No primeiro caso, temos a informação *stricto sensu*; no segundo, o ato fático. A transmissão desse valor corresponde à satisfação de uma necessidade individual (por exemplo, afugentar a solidão) ou social. No segundo caso, o destinador “grupo social” estabelece situações em que se deve falar e em que não se deve falar. Não aceitar essas injunções é estar em oposição ao destinador, o que conduz a uma sanção negativa. Considerada sob esse prisma, a chamada função fática da linguagem não tem o mesmo estatuto das outras funções, pois ela não é propriedade específica de um enunciado, mas uma característica básica de todo processo comunicacional. Se, por um lado, há situações em que não se transmite a rigor nenhum saber, o que caracteriza um ato fático por excelência, por outro, no momento em que se faz circular um objeto “saber”, transmite-se também o “querer estabelecer ou manter uma relação inter-subjetiva”. Um comentário frequente a respeito de casais em que o relacionamento se deteriorou é que eles nem mais brigam, o que significa que todos percebemos que o simples fato de fazer circular enunciados pressupõe um desejo de estabelecer ou manter uma relação inter-subjetiva.

A fase da sanção desse programa de informação é preenchida por um programa de uso, o da interpretação. Nele o sujeito produtor do enunciado ocupa o papel de destinador-manipulador, que transmite um querer-interpretar a um destinatário-sujeito, que desempenha o papel temático de enunciatário. Aquele transmite um querer que o enunciado X seja interpretado como X. Isso estabelece um dever para o enunciatário (modalidade deontica) e uma necessidade (modalidade alética), pois se determina como o enunciado deve ser lido. É esse o contrato enunciativo proposto por um enunciador. O destinatário-enunciatário possui uma competência já adquirida para realizar a performance ou vai adquiri-la. A competência constitui-se de um saber semiótico e textual, que inclui o conhecimento da semiótica em que se manifesta o enunciado. Na performance, o enunciatário atribui ao enunciado o estatuto veridictório determinado na “convenção fiduciária” firmada entre destinador (enunciador) e destinatário-sujeito (enunciatário). Aquele ocupa o papel de destinador-julgador, sancionando positiva ou negativamente a performance deste.

Todo o programa complexo analisado até agora, na realidade, não é senão um programa de uso que se insere na fase de manipulação de um programa de base, o de fazer o outro crer no discurso que se produz e se transmite. De fato, há uma distinção entre comunicação recebida e comunicação assumida (4, p. 76). Todo o programa de produção e de transmissão de enunciados visa a fazer o destinatário-sujeito aceitar o que está sendo enunciado, crer no que recebe, assumir como seu o enunciado do outro. O enunciador quer fazer-criar e constrói seu discurso com o objetivo de que o enunciatário nele creia. A performance do enunciatário a que visa o enunciador é a realização do crer, “ato cognitivo sobremodalizado pela categoria modal da certeza” (4, p. 76). Assim, a comunicação tem como fim último não um fazer-saber, nem mesmo um fazer-fazer, mas um fazer-ser, pois o enunciador deseja modificar a relação que se estabelece entre os dois parceiros do processo de comunicação. Esta só é eficaz quando o destinatário crê no enunciado que lhe foi transmitido, o que significa que, no ato comunicativo, eficácia é igual a aceitação do contrato, e ineficácia corresponde a polêmica. Esse contrato é, então, precedido de um fazer-criar do destinador da comunicação ao qual corresponde um fa-

zer interpretativo (crer) da parte do destinatário. O querer fazer-crer determina, a partir de um simulacro do destinatário construído pelo destinador, as estratégias discursivas a serem usadas nesse processo de modificação da competência do destinatário: jogos de implicações, figuras de retórica, estratégias argumentativas, etc. Esse querer de nível hierárquico superior determina, no programa de produção do enunciado, o tipo de texto a enunciar, os efeitos de sentido a serem criados com a enunciação enunciada e com o enunciado enunciado.

A comunicação é um processo extremamente complexo em que diversas instâncias estão em jogo, não podendo, portanto, reduzir-se a um mero fazer informativo. A linguagem é sempre comunicação, mas ela o é na medida em que é produção de sentido.

Poderia causar estranheza esse programa narrativo complexo, uma vez que se poderia afirmar que o fazer produtor, o fazer informativo e o fazer crer são concomitantes. Na realidade, essa estranheza está enraizada em dois equívocos: um empírico e um teórico. O segundo relaciona-se com o fato de não se compreender que o modelo narrativo aqui utilizado é formulado como uma “seqüência de implicações logicamente necessárias à realização do PN de base” e não como uma seqüência temporal. A introdução de uma temporalidade, no seio de relações de implicação, transforma os programas em processo (3, p. 161-162). Só neste nível pode ocorrer ou não a concomitância de processos. O primeiro equívoco decorre do fato de que, quando se fala em processo de comunicação, pensa-se na comunicação verbal oral que se dá numa conversa, em que o fazer produtor, o fazer informativo, etc. são simultâneos. Basta, porém, que se pense na comunicação por carta, em que a produção precede a informação e a interpretação, ou num filme, em que a feitura precede a exibição, para que o equívoco se desfaça. Mesmo na comunicação verbal é freqüente que o enunciatário explicita o contrato enunciativo depois da produção e da informação, indicando ao enunciatário como deve ser lido o enunciado com que entrou em conjunção. Por exemplo, em *Memorial de Aires*, de Machado de Assis, diz o narrador:

“A descrição que ela (Fidélia) me fez da impressão que teve lá fora com a entrada da primavera foi animada e interessante, não menos que a do inverno com seus gelos. A mim mesmo perguntei se ela não estava destinada a passar dos gelos às flores pela ação daquele bacharel Osório... Ponho aqui a reticência que deixei então no meu espírito” (*Obras completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, p. 1124).

Nesse texto, o narrador indica como deve o narratário interpretar o enunciado: a reticência tem um significado que o narratário deve apreender. Assim, só depois de produzir e de transmitir o enunciado, o enunciatário explicita o contrato enunciativo. A aparente concomitância dos processos não deve levar a misturar e confundir os programas narrativos que compõem o processo da comunicação.

II – OS PROCEDIMENTOS RETÓRICOS

Dissemos anteriormente que as chamadas figuras de retórica constituem um dos mecanismos empregados na estratégia de persuasão do enunciatário pelo enunciatário com a finalidade de fazê-lo crer. O querer fazer-crer do enunciatário determina a produção discursiva e impõe o estabelecimento de um dado contrato enunciativo. Para explicar melhor esse fato, desejamos estudar algumas figuras de retórica dentro da perspectiva narratológica esboçada no item anterior.

A retórica, durante muito tempo, pretendeu-se a “ciência da persuasão”, a “arte do discurso eficaz” (*ars bene dicendi*). Constituiu, da época clássica até a Idade Média, com a gramática e a dialética, o *trivium*, base de todo um projeto pedagógico. Depois, caiu no quase total esquecimento, perdeu o prestígio de que desfrutava, e é relegada a segundo plano.

Se, de um lado, é verdade que a retórica foi tomada do que Genette denominou “fúria de nomear”, o que a conduziu à elaboração de taxionomias cada vez mais exaustivas de casos particulares, de outro, é também certo que buscou estudar, com bastante precisão, os mecanismos discursivos que permitem “provocar ou incrementar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas”. Hoje, embora concordemos integralmente com o enunciado que expõe o objetivo da retórica, apresenta-lo-íamos com outra linguagem: estuda os mecanismos discursivos que possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido, que permitem fazer o enunciatário crer naquilo que foi dito. É preciso, pois, estudar a retórica à luz de uma teoria da geração do sentido, para descobrir as operações básicas de produção de efeitos de sentido, de que as figuras ou tropos são casos particulares.

Neste texto, pretendemos apresentar algumas operações geradoras de efeitos de sentido englobados pela retórica na classe denominada *figurae sententiae*. Deixaremos, pois, de lado as *figurae elocutionis*, bem como as *figurae in verbis singulis* (7, p. 141-257).

Devemos, antes de analisar alguns mecanismos produtores de efeitos de sentido, tecer algumas considerações gerais:

- a) A retórica trata de “figuras vazias”, ou seja, estuda formas fixas que geram determinado efeito de sentido, e não os investimentos semânticos particulares nessas “formas vazias”. Em outras palavras, opera sobre a forma do conteúdo e não sobre sua substância. Como a sintaxe discursiva tem caráter conceptual, uma vez que trata das variedades do plano do conteúdo, alguns efeitos a serem estudados são criados por operações sintáticas. Outros, porém, pertencem ao componente semântico do discurso.
- b) Todos os manuais de retórica aludem à dificuldade de sistematizar as figuras de pensamento (Cf. 8, p. 190). Lausberg e o grupo de Liège (2, p. 174-201), por exemplo, apesar de suas diferenças, partem do mesmo fundamento para estabelecer uma sistematização dessas figuras: a *quadripartita ratio*, que se compunha de quatro operações, *adiectio*, *delectio*, *immutatio* e *transmutatio* (Cf. 9, 1, 5, 38). No entanto, assim que começam a sistematizá-las, diversas dificuldades se apresentam. Uma delas é o fato de que uma figura pode ser constituída de outra ou outras figuras. Por exemplo, uma antítese pode constituir-se de duas hipérboles (Cf. 2, p. 191), o que significa que essas figuras não pertencem à mesma ordem de fenômenos, mas a ordens distintas de fatos. É possível, pois, distinguir dois tipos de figuras que serão detalhadas: as que se constituem a partir de relações estabelecidas entre o enunciado e a enunciação, que são relações sintáticas; e as que se produzem a partir de relações estabelecidas entre as figuras do discurso, que são relações semânticas.

III – FIGURAS QUE SE INSTAURAM A PARTIR DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE O ENUNCIADO E A ENUNCIÇÃO |

O grupo de Liège, em sua *Retórica geral*, parte do princípio de que as figuras constituem desvios (2, p. 62-64). Ao estudar os metalogismos (as chamadas figuras de pensamento), defende que o critério para percebê-los é uma referência necessária a um dado extralingüístico, pois eles se fundam no espaço exterior que se estabelece entre o signo e o referente. Só o conhecimento do referente permite apreendê-los. O metalogismo consiste numa “falsifica-

ção ostensiva” da correspondência entre o signo e o referente, “transgride a relação normal entre o conceito e a coisa significada”, “contesta a verdade dos fatos”. A norma em relação à qual o metalogismo é um desvio constitui a verdade do referente (2, p. 174-187). Além disso, o metalogismo é sempre particular, está sempre ligado a um circunstancial egocêntrico e, por isso, nunca aparece dicionarizado (2, p. 174-177).

É preciso admitir que os efeitos de sentido produzidos pelos chamados metalogismos são sempre circunstanciais e, portanto, nunca dicionarizados. Isso ocorre porque pertencem à performance discursiva, estando ligados, portanto, ao *ego-hic-nunc* da enunciação. Não alteram o conteúdo sêmico de uma figura do discurso, como a metáfora e a metonímia, mas se afirmam como uma maneira de construir o discurso.

Não é possível, no entanto, aceitar que os metalogismos constituam um desvio em relação a um referente, a um dado extralingüístico, e que sua norma seja a verdade dos fatos, pois todo referente é semiotizado, e cada discurso constrói sua verdade. Fica difícil falar em verdade neutra dos fatos, pois a verdade dos fatos consiste na verdade construída pelo enunciador. Além disso, a própria noção de desvio é extremamente problemática, na medida em que pressupõe uma norma dada como algo natural. Na verdade, tanto norma como desvio são efeitos de sentido gerados pelo discurso. É preciso, pois, pensar de outra maneira a questão das figuras de pensamento.

Manar Hamad (6), em seu artigo a respeito da cerimônia do chá, mostra que há casos em que enunciado e enunciação estão em desacordo. A idéia de Hamad pode parecer surpreendente à primeira vista, porque, num primeiro momento, pensa-se no enunciado como substância física e na enunciação como ação destituída de conteúdo. No entanto, é falso considerar o enunciado como substância, pois tanto o enunciado como a enunciação são apenas um entrelaçado de relações. O enunciado, por oposição à enunciação, deve ser concebido como “estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagmáticas” (4, p. 123). A enunciação é “a instância lingüística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que comporta seus traços e suas marcas)” (4, p. 126). “A enunciação é um enunciado cuja função-predicativa é chamada ‘intencionalidade’ e cujo objeto é o enunciado-discurso” (4, p. 127). Na medida em que a enunciação pode enunciar-se deixando no enunciado suas marcas (por exemplo, pronomes pessoais e possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos espaciais e temporais, verbos performativos, etc.), torna-se impossível considerá-la um ato vazio de conteúdo. Subjacente ao dito há o dizer que também se manifesta.

O enunciador pode, em função de suas estratégias para fazer-criar, construir discursos em que haja um acordo entre enunciado e enunciação ou discursos em que haja um desacordo entre essas duas instâncias. A discordância entre enunciado e enunciação não é um desacordo entre um conteúdo manifesto e uma intenção comunicativa infável, pois as únicas intenções do sujeito que se podem apreender são as inscritas no discurso. Assim, esse conflito se estabelece entre a enunciação enunciada e o enunciado enunciado. Aquela não deve ser entendida meramente como a construção de um simulacro da enunciação no enunciado, mas sim como o conjunto de marcas que remetem à instância da enunciação (por exemplo, adjetivos e advérbios avaliativos). É evidente que se não pode tomar, por exemplo, qualquer adjetivo avaliativo como elemento da enunciação enunciada, pois, num discurso, há aqueles que participam do enunciado enunciado, uma vez que não remetem à instância da enunciação. Mais adiante esse fato será exemplificado.

Essas duas maneiras de construir o discurso impõem dois contratos enunciativos diferentes. No caso de acordo entre enunciado e enunciação, ele se explicita como “o enunciado X deve ser lido como X”; no caso oposto, como “o enunciado X deve ser interpretado como não

X". Esses contratos determinam a atribuição de estatutos veridictórios distintos aos dois tipos de discurso. Trata-se, com efeito, de um jogo que se estabelece entre o ser (dizer) e o parecer (dito)*. O enunciatário atribuirá aos discursos em que haja acordo entre o enunciado e a enunciação o estatuto de *verdade* (/ser/ + /parecer/) ou de *falsidade* (/não-ser/ + /não-parecer/) e àqueles em que se manifeste um conflito o estatuto de *mentira* (/não-ser/ + /parecer/) ou de *segredo* (/ser/ + /não-parecer/). Esses diferentes mecanismos discursivos fazem parte de distintas estratégias de persuasão, que visam a revelar um fato (verdade ou falsidade) ou a dissimulá-lo (mentira ou segredo), a desvelar um significado ou a velá-lo. Com esses mecanismos, o enunciador consegue dois efeitos de sentido distintos: a franqueza ou a dissimulação. Esta deve ser aqui entendida como a reunião de dois modos de ver um fato, como a maneira de mostrar a ambigüidade de alguma coisa e as múltiplas maneiras de interpretá-la.

Porque essas figuras retóricas são usadas como estratégias de persuasão, não há nenhum interesse em apreender exemplos isolados delas, como faziam os antigos manuais escolares. O que importa é mostrar qual sua função na economia geral de produção do sentido de um texto.

O conflito entre enunciação e enunciado pode ser gradual ou categórico. Será gradual quando a oposição entre as duas instâncias consistir numa diferença que se expressa como mais ou menos. Será categórico quando a oposição se fizer com dois termos polares de uma categoria sêmica.

A partir dessa base, podem-se compor algumas relações que produzem diferentes efeitos de sentido.

1 – No âmbito das oposições categóricas:

1.1 – Quando se afirma no enunciado e se nega na enunciação, temos a figura que a retórica denominou *antífrase*.

No conto "Negrinha", de Monteiro Lobato, o narrador começa a construir seu discurso a partir da oposição entre o ser de Dona Inácia, mostrado pela narração de seu fazer (maltratar a Negrinha), e seu parecer, ou seja, a imagem que dela tinham as pessoas ("dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral"). Vai pontuando o texto com antífrases, como por exemplo: "A *excelente* (grifo nosso) Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças": O adjetivo "excelente" pertence ao enunciado enunciado, pois não remete à instância da enunciação, uma vez que reflete a opinião das pessoas com quem Dona Inácia convivia e não do enunciador. A expressão "mestra na arte de judiar de crianças" pertence à enunciação enunciada, porque revela uma avaliação do enunciador. No conflito entre enunciação enunciada e enunciado enunciado, depreende-se que o elemento "excelente" do enunciado deve ser lido como "péssima". A antífrase, nesse texto, tem a função de chamar a atenção do enunciatário para a oposição entre o ser e o parecer de Dona Inácia, fazendo-o crer no que diz o enunciador. O que se afirma no enunciado se nega na enunciação para mostrar que Dona Inácia se situa no âmbito da mentira. Ela parece excelente, mas não é, assim como o que se diz não é o que se diz.

1.2 – Quando se nega no enunciado e se afirma na enunciação, constrói-se a figura que a retórica chamou *lítotes*.

* Lembramos que a categoria modal /ser/ vs. /parecer/ não está correlacionada às categorias /verdadeiro/ vs. /falso/ ou /profundo/ vs. /superficial/, mas sim à /imanência/ vs. /manifestação/, o que significa que está relacionada à existência ou não de uma instância interpretante.

Quando se diz "Você não parece estar passando bem", deseja-se dizer "Você está passando mal". Quando se afirma que alguém não é nada bobo, pode-se estar querendo dizer que é esperto.

Sempre se definiu a lítotes como atenuação. Com isso, estabelece-se uma confusão entre o mecanismo sintático que produz um dado efeito de sentido e esse efeito. O mecanismo constitui um jogo de afirmação e negação, enquanto o efeito produzido é de atenuação. O grupo de Liège, em sua *Retórica geral*, distingue dois tipos de lítotes: um, em que se diz menos para dizer mais (por exemplo, diz-se "Eu tenho afeição por você" em lugar de "Eu a amo"), que se fundamenta num deslocamento ao longo de uma série intensiva (2, p. 188), e outro que é resultante de uma negação gramatical (2, p. 196-197). Na verdade, tiveram os autores da *Retórica geral* necessidade de distinguir os dois tipos de lítotes, porque um está no âmbito das oposições graduais e o outro, no das oposições categóricas. Por isso, propomos denominar lítotes só o segundo tipo, enquanto o primeiro será englobado no chamado *eufemismo*.

Tomemos um exemplo em que o emprego da lítotes participa da organização geral do texto e não constitui apenas um exemplo isolado. Em *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, o narrador diz que o Conselheiro Aires fora excelente diplomata, pois tinha aguçada vocação para "descobrir e encobrir" e "toda a diplomacia está nestes dous verbos parentes" (*Op. cit.*, cap. XCVIII, p. 1070). Vemos, nos dois romances em que aparece, que o conselheiro é acatado, ouvido e respeitado. Isso decorre de sua estratégia persuasiva, em que diz sem ter dito. Em *Memorial de Aires*, ocorre a seguinte passagem:

"Tem agradado muito o Tristão, e para crer que o merece basta dizer que a mim não me desagrada, ao contrário. É ameno, conversado, atento, sem afetação nem presunção; fala ponderado e modesto, e explica-se bem. Ainda não lhe ouvi grandes cousas, nem estas são precisas a quem chega de fora e vive em família; as que lhe ouvi são interessantes" (*Op. cit.*, p. 1134).

O narrador, o Conselheiro Aires, nega no enunciado enunciado que Tristão o desagrada; em seguida, numa seqüência da enunciação enunciada, afirma que ocorre o contrário e enumera as qualidades de Tristão. Do ponto de vista lingüístico, a frase "a mim não me desagrada" não pressupõe que Tristão lhe agrada. A afirmação só surge da oposição entre enunciado enunciado e enunciação enunciada. No entanto, o emprego da lítotes em lugar da afirmação clara produz um efeito de atenuação. Embora Tristão não des agrade ao conselheiro, este não revela grande entusiasmo pelo rapaz. É para essa ambigüidade que o narrador chama a atenção do narratário.

Poderia causar estranheza o fato de termos considerado a frase "a mim não me desagrada" como parte do enunciado enunciado, uma vez que ela está em primeira pessoa. No entanto, cabe lembrar que não está exatamente no dito a opinião do enunciador. Num primeiro momento, Aires coloca essa afirmação como prova de que Tristão merece a simpatia que todos lhe dedicam. Enunciação enunciada e enunciado enunciado são elementos pertencentes ao plano do conteúdo e não da expressão.

1.3 – Quando se afirma no enunciado e se nega explicitamente na enunciação, estabelece-se a figura que a retórica denominou *preterição*.

Diferentemente da antífrase, na preterição o enunciador *afirma na enunciação reportada* (simulacro da enunciação) que não pretende dizer o que disse, simula não querer dizer o que, contudo, disse claramente.

Em *Memorial de Aires*, o conselheiro narra o seguinte:

"Eram felizes, e foi o marido que primeiro arrolou as qualidades novas de Tristão. A mulher deixou-se ir no mesmo serviço, e eu tive de os ouvir com aquela complacência, que é uma qualidade minha e não das novas. Quase a trouxe da escola, se não foi do berço. Contava minha mãe que eu raro chorava por mama; apenas fazia uma cara feia e implorativa. Na escola não briguei com ninguém, ouvia o mestre, ouvia os companheiros, e se alguma vez estes eram extremados e discutiam, eu fazia da minha alma um compasso, que abria a ponta aos dous extremos. Eles acabavam esmurrando-se e amando-me.

Não quero elogiar-me... Onde estava eu? Ah! no ponto em que os dous velhos diziam das qualidades do moço" (*Op. cit.*, p. 1151).

É particularmente complicada, nesse texto, a determinação do enunciado enunciado, uma vez que ele é narrado em primeira pessoa. Inicialmente, o narrador instala uma anterioridade em relação ao momento da enunciação por meio de uma debreagem temporal enunciativa. Ao dizer que a complacência é uma qualidade sua e não das novas, enuncia o tempo da enunciação e em relação a ele articula uma segunda anterioridade, anterior à primeira. Por esse procedimento de debreagens, o narrador constrói, como num jogo de espelhos, duas instâncias do eu, e a segunda enunciação enunciada torna-se um enunciado enunciado em relação à enunciação do primeiro eu. O narrador, depois de fazer um elogio a si mesmo, afirma, na enunciação reportada, que não quer elogiar-se e, então, volta a retomar o primeiro eu com a pergunta "Onde estava eu?". Ao usar a preterição, o narrador quer criar um efeito de sentido de objetividade que leve o narratário a ver a enunciação enunciada do segundo eu como um enunciado enunciado de um outro eu, aceitando, assim, como verdade, a descrição que Aires faz de si mesmo.

1.4 – Quando não se diz no enunciado e se diz na enunciação, constitui-se uma figura aparentada daquela que a retórica chamou *reticência*.

Nesse caso, suspende-se o enunciado enunciado, e é a enunciação enunciada que nos indica o que seria dito se o enunciado fosse construído.

É em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, que encontramos o mais radical exemplo desse procedimento. Na enunciação enunciada, diz o narrador: "e os dois vadios ali postos, a repetirem o velho diálogo de Adão e Eva" (grifos nossos). Em seguida, aparece o título do capítulo seguinte: O velho diálogo de Adão e Eva. O texto do capítulo é:

"Brás Cubas?
 Virgília
 Brás Cubas

 Virgília
 Brás Cubas
 Virgília
 ?

 Brás Cubas
 Virgília
 Brás Cubas.....

.....

 Virgília?
 Brás Cubas
 Virgília

(Op. cit., p. 569-570).

O narrador apenas remete o narratário à memória intertextual e utiliza-se das indicações dos interlocutores e de sinais de pontuação, de brancos e de não-brancos. Assim, diz sem dizer, criando forte sugestão de erotismo.

2 – No domínio das oposições graduais:

2.1 – Quando se atenua no enunciado e se intensifica na enunciação, ocorre a figura denominada *eufemismo* pela retórica.

Essa figura ocorre quando se afirma, por exemplo, em determinado contexto, que alguém é pouco delicado para dizer que é francamente grosseiro. Abaixo exemplificaremos o procedimento eufemístico num texto.

2.2 – Quando se intensifica no enunciado e se atenua na enunciação, tem-se a *hipérbole*.

Em *Os Lusíadas*, por exemplo, lêem-se os seguintes versos: “Agora sobre as nuvens os subiam/ as ondas de Netuno furibundo,/ agora a ver parece que desciam/ as íntimas entranhas do profundo” (VI, 76, 1-4). Lausberg afirma que a hipóbole é “um sobrepujamento gradual do *verbum proprium et univocum* para além da credibilidade” (7, p. 157). Admitir a afirmação de Lausberg da forma como foi feita acarreta um problema, o de definir os limites da credibilidade. Na verdade, essa categoria resulta de um contrato estabelecido entre enunciador e enunciário, o que significa que é ela definida no interior do discurso. Com efeito, num texto fantástico não seria hipóbólico dizer que as ondas levavam os marinheiros das nuvens às profundezas do mar. No entanto, esses versos são hipóbólicos na epopeia camoniana.

No romance *O coronel e o lobisomem*, de José Cândido de Carvalho, o narrador relata, em certa passagem, seu encontro com um lobisomem:

“Num repente, relembrei estar em noite de lobisomem – era sexta-feira. (...) Já um estirão era andado quando, numa roça de mandioca, adveio aquele figurão de cachorro, uma peça de vinte palmos de pêlo e raiva. (...) Dei um pulo de cabrito e preparado estava para a guerra do lobisomem. Por descargo de consciência, do que nem carecia, chamei os santos de que sou devocioneiro:

– São Jorge, Santo Onofre, São José!

Em presença de tal apelação, mais brabento apareceu a peste. Ciscava o chão de soltar terra e macega no longe de dez braças ou mais. Era trabalho de gelar qualquer cristão que não levasse o nome de Ponciano de Azeredo Furtado. Dos olhos do lobisomem pingava labareda, em risco de contaminar de fogo o verdal adjacente. Tanta chispa largava o penitente que um caçador de paca, estando em distância de bom respeito, cuidou que o mato estivesse ardendo. Já nessa altura eu tinha pegado a segurança de uma figueira e lá de cima, no galho mais firme, aguardava a deliberação do lobisomem. Garruca engatilhada, só pedia que o assombrado desse franquia de tiro. Sabi-

dão, cheio de voltas e negaças, deu ele de executar macaquice que nunca cuidei que um lobisomem pudesse fazer. Aquele par de brasas espiava aqui e lá na esperança de que eu pensasse ser uma súcia deles e não uma pessoa sozinha. O que o galhofista queria é que eu, coronel de ânimo desenfreado, fosse para o barro denegrir a farda e deslustrar a patente. Sujeito especial em lobisomem como eu não ia cair em armadilha de pouco pau. No alto da figueira estava, no alto da figueira fiquei” (Rio de Janeiro, José Olympio, 8. ed., p. 178-179).

No decurso do romance, percebe-se uma oposição entre o fazer e o dizer do narrador, coronel Ponciano de Azeredo Furtado. Nessa passagem, o narrador, que afirmara que iria enfrentar o lobisomem, foge dele. Com um jogo de hipérboles (por exemplo, “uma peça de vinte palmos de pêlo e raiva”, “ciscava o chão de soltar terra e macega no longe de dez braças ou mais”) e eufemismos (por exemplo, “Por descargo de consciência, do que nem carecia, chamei os santos de que sou devocioneiro”), o narrador simula uma coragem que não teve, oculta seu medo. Mas ao velá-lo, desvela-o.

Em relação ao lobisomem, o enunciado intensifica o que a enunciação atenua; em relação ao coronel, ocorre o contrário: “ciscava o chão de soltar terra e macega no longe de dez braças ou mais” vs. “aquele par de brasas espiava aqui e lá na *esperança de que eu pensasse ser uma súcia deles e não uma pessoa sozinha*”; “Já nessa altura eu tinha pegado a *segurança* de uma figueira, e lá em cima, no galho *mais firme*, aguardava deliberação do lobisomem” (Os grifos indicam os elementos da enunciação enunciada).

IV – FIGURAS RETÓRICAS QUE SE PRODUZEM A PARTIR DE RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE AS FIGURAS DO DISCURSO

O enunciador pode combinar figuras do discurso de tal maneira que chame a atenção do enunciatário para aspectos novos da “realidade”. Instaura, dessa forma, uma nova maneira de analisar a semiótica do mundo natural, uma vez que, para criar esses efeitos de sentido, trabalha com figuras do discurso, que criam uma ilusão de referencialidade. Ao estabelecer uma “surpresa”, o enunciador pretende levar o enunciatário a aceitar seu discurso. Essas figuras retóricas, em geral, transformam relações ou...ou em relações e...e.

1 – Quando se proclama uma relação de disjunção sêmica na sucessividade do sintagma, constrói-se a figura que a retórica denomina *antítese*. É indispensável lembrar que só podem opor-se elementos semânticos que tiverem algum sema em comum.

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, há o seguinte texto:

“Gastei trinta dias para ir do Rocio Grande ao coração de Marcela, não já cavalgando o corcel do cego desejo, mas o asno da paciência, a um tempo manhoso e teimoso. Que, em verdade, há dous meios de granjear a vontade das mulheres: o violento, como o touro de Europa, e o insinuativo, como o cisne de Leda e a chuva de ouro de Dânae, três inventos do padre Zeus, que, por estarem fora de moda, aí ficam trocados no cavalo e no asno”

(*Op. cit.*, cap. XV, p. 534).

Nesse texto, o narrador opõe duas figuras: “o corcel do cego desejo” vs. “o asno da paciência, a um tempo manhoso e teimoso”. Em seguida, explicita a oposição temática que subjaz a elas: conquista violenta vs. conquista insinuativa. Com uma outra figura de retórica, a

comparação, que estabelece uma identidade sêmica parcial, figurativiza esses percursos temáticos de uma outra maneira, instaurando nova antítese: "touro de Europa" vs. "cisne de Leda" e "chuva de ouro de Dânae". O texto mostra que a figurativização é a variável em relação ao nível temático que é a invariante, uma vez que figuras retiradas do universo mitológico grego equivalem às do corcel e do asno. Revela ainda que cada cultura consiste num repertório de temas e de figuras. O narrador proclama a disjunção na sucessividade do sintagma.

2 – Quando se transforma, na sucessividade sintagmática, uma disjunção (termos sêmicos contrários ou contraditórios) em conjunção, temos as figuras que a retórica denominava *paradoxo* e *oxímoro*. Nesse caso, há negação da antítese, uma *coincidentia oppositorum*.

Não é necessário estabelecer sutis distinções entre o paradoxo e o oxímoro, como faz o grupo de Liège (C. 2, p. 170-171 e 199-200).

Vejamos um exemplo em que o oxímoro é elemento central na constituição do discurso:

"Amor é um fogo que arde sem se ver,
é ferida que dói e não se sente;
é um contentamento descontente,
é dor que desatina sem doer.

É um não querer mais que bem querer;
é um andar solitário entre a gente;
é um nunca contentar-se de contente;
é um cuidar que ganha em se perder.

É um querer estar preso por vontade;
é servir a quem vence, o vencedor;
é ter com quem nos mata, lealdade.

Mas como causar pode seu favor
nos corações humanos amizade,
se tão contrário a si é o mesmo Amor?"

(Luís de Camões. *Rimas*, Coimbra, Atlântica, 1973, p. 119).

Nos onze primeiros versos do soneto, o poeta procura definir o amor. Usa, para tanto, a estrutura sintática da definição. Estabelecem-se onze metáforas nessa tentativa. Cada uma delas encerra em seu bojo um oxímoro. A disjunção transformada em conjunção inviabiliza o ato definatório, pois cada uma das definições do amor apresenta uma contradição interna. O poeta utiliza, nas metáforas, diferentes classes de palavras: primeiro, substantivos concretos; em seguida, substantivos abstratos; depois, infinitivos substantivados; após, infinitivos. Por serem as definições internamente contraditórias, o poeta parece ir sucessivamente abandonando-as. No último terceto, o poeta renuncia a definir o amor e explicita sua perplexidade por meio de uma interrogação. É o oxímoro que permite mostrar a inviabilidade de precisar esse sentimento.

O paradoxo pode resultar da conjunção de disjunções manifestadas por semióticas distintas. É o caso, por exemplo, do quadro de Magritte, em que a semiótica pictórica apresenta uma maçã, enquanto a semiótica verbal afirma "Isso não é uma maçã".

3 – A combinação de qualificações ou funções que possuam um determinado classema com um ator que apresente um classema contrário ou contraditório produz diferentes figuras. A mais conhecida pela retórica é a *prosopopéia* (*fictio personae*, personificação), em que se atribuem qualificações ou funções que possuem o classema /humano/ a um ator que tem o classema /não humano/. Em *Os Lusíadas*, aparece: “e os temidos/Almeidas por quem o Tejo sempre chora” (II, 49, 1-2). No entanto, pode-se ter também a *animalização* (/humano/ + /animado não-humano/) ou a reificação (/humano/ ou /animado não-humano/ + /inanimado/). Observe-se, por exemplo, a animalização dos atores humanos operada no capítulo III de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, quando o narrador descreve o despertar: “Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas”. Há, nesse momento, no cortiço, “uma fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras”, “um verminar constante de formigueiro assanhado” (Rio de Janeiro, Martins, 1968).

4 – Podem combinar-se figuras que não possuem qualquer identidade sêmica no âmbito dos semas nucleares, mas que têm classemas comuns. Com isso, instauram-se surpreendentes efeitos de sentido.

Na frase “Gastei trinta dias para ir do Rocio Grande ao coração de Marcela” (Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. XV), não há conjunção sêmica entre “Rocio Grande” e “coração de Marcela”. No entanto, ambas as figuras têm a mesma base classemática: /espacialidade/. Num caso, tem-se o lugar físico do primeiro encontro; noutro, o lugar do sentimento amoroso.

No capítulo XVII do mesmo romance aparece: “Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis”. Embora não haja qualquer identidade, no nível dos semas nucleares, entre as duas figuras, existe uma identidade classemática, pois ambas têm o classema /duratividade/. Uma apresenta a duratividade temporal e a outra, a duratividade do estado de conjunção com o dinheiro.

A base classemática não se define *a priori*, mas é instaurada pelo discurso.

V – FIGURAS DA IMANÊNCIA E FIGURAS DA MANIFESTAÇÃO

Ao longo deste estudo, estamos utilizando o termo “figura” em dois sentidos diferentes: figura do discurso significa “figuras de conteúdo que correspondem às figuras do plano de expressão da semiótica natural (ou do mundo natural)” (4, p. 149); figura retórica são certos mecanismos discursivos de construção de efeitos de sentido. A retórica estudou estas figuras e não aquelas. Num trabalho de recuperação da antiga retórica, é preciso levar em conta algumas das descobertas da semiótica, como, por exemplo, a de que existe um percurso gerativo de sentido.

É necessário, pois, perceber que há figuras que pertencem ao nível da imanência e figuras que fazem parte do nível da manifestação. Assim, por exemplo, enquanto a antítese é uma figura da imanência, o quiasmo constitui uma das maneiras de manifestar a antítese. Por ser uma disposição entrecruzada dos elementos em oposição, trata-se de um dos recursos da *dispositio* para exprimir a antítese. No verso de Garcilaso “*cestillos blancos de purpúreas rosas*”, a oposição entre o vermelho das rosas oferecidas à ninfa morta e a brancura dos cestinhos é recriada na manifestação pela ordem quiástica das palavras.

Assim, também, parecem pertencer ao nível da manifestação figuras como a anáfora, a gradação, etc., formas de manifestação das figuras e dos temas. Observe-se, por exemplo, que a

enumeração caótica das figuras gera efeitos estilísticos de expressão no seguinte poema de Whitman:

*"Sex contains all, bodies, souls,
meanings, proofs, purities, delicacies, results, promulgations,
song, commands, health, pride, the maternal mystery, the seminal milk"*.

No poema "Quadriha", de Carlos Drummond de Andrade, é a organização sintática das figuras que recria no plano da expressão o desencontro dos pares afirmado no plano do conteúdo, uma vez que o objeto de uma oração é sempre o sujeito da outra:

*"João amava Teresa que amava Raimundo
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili
que não amava ninguém"*.

Na manifestação, há figuras do nível fônico e do nível morfossintático. Ao segundo nível pertencem as figuras como o quiasmo, a gradação, etc. Ao primeiro, figuras como aliteração e outras.

VI – EFEITOS DE SENTIDO GERADOS PELOS PROCEDIMENTOS RETÓRICOS

No seu fazer persuasivo, o destinador procura criar efeitos de estranhamento com a finalidade de chamar a atenção do enunciatário para sua mensagem. Por isso, utiliza-se de recursos retóricos. Assim, o enunciatário, por meio de uma percepção inédita e inesperada, pode atentar melhor para certos elementos que estão sendo comunicados e aceitar mais facilmente o enunciado. Dizendo sem ter dito, simulando moderação para afirmar de maneira enfática, fingindo ênfase para dizer de maneira atenuada, apresentando uma nova combinação de figuras, o enunciador mostra outras maneiras de ver o mundo. Deixa de trabalhar no campo da verdade (/ser/ + /parecer/) ou da falsidade (/não-ser/ + /não-parecer/) enunciativas, para manipular o segredo ou a mentira. Com efeito, esses procedimentos retóricos operam no âmbito da simulação (/parecer/ + /não-~~ser~~/) ou da dissimulação (/não-parecer/ + /ser/). Cabe ao enunciatário perceber o segredo ou a mentira no seu fazer interpretativo. A verdade e a falsidade no domínio da sintaxe e da semântica do discurso constituem o reino da competência, da previsibilidade, da certeza, da normalidade, da não contraditoriedade, enquanto o segredo e a mentira fundam a imprevisibilidade, a incerteza, a anormalidade, a labilidade, a contraditoriedade.

Desse ponto de vista, os mecanismos retóricos não são ornatos que se possam suprimir, mas constituem uma maneira insubstituível de dizer. Fazem parte dos recursos de persuasão do enunciatário pelo enunciador, pois, instaurando o segredo e a mentira no discurso, desvelam uma nova verdade, produzem um novo saber, descobrem significados, encobrendo-os. E a finalidade do ato comunicativo não é outra senão fazer que o enunciatário sobremodalize esse saber, essa verdade, esses significados com a certeza, que ele creia no enunciado produzido.

FIOŖIN, J. L. – Les figures de pensées: stratégies de l'énonciateur pour persuader l'énonciataire. *Alfa*, São Paulo, 32: 53-67, 1988.

RÉSUMÉ: Ce texte prétend étudier les figures de pensées de la rhétorique classique comme l'une des stratégies employées par l'énonciateur pour persuader l'énonciataire, pour le faire croire à son discours. Ces figures rhétoriques se divisent en deux groupes: celles qui sont construites à partir de procédures de la syntaxe discursive et celles qui sont engendrées à partir de mécanismes de la sémantique discursive. Celles-là ont leur origine dans une discordance entre les instances de l'énoncé et de l'énonciation, quand, par exemple, quelque chose est affirmée à l'énoncé et niée à l'énonciation, tandis que celles-ci résultent d'une réunion, dans l'enchaînement du syntagme, de figures du discours en disjonction. En utilisant ces figures, l'énonciateur dit sans avoir dit, simule modération pour dire emphatiquement, feint emphase pour dire de manière atténuée, présente une nouvelle combinaison de figures du discours, pour faire l'énonciataire assumer ce qu'on lui communique.

UNITERMES: Figures de pensées; contrat énonciatif; processus de communication.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, D. L. P. - La cohérence textuelle. In: PARRET, H. & RUPRECHT, H. G., org. – *Recueil d'hommages pour Algirdas Julien Greimas*. Amsterdam, John Benjamins, 1985. v. I.
2. DUBOIS, J. et alii – *Retórica geral*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1974.
3. GREIMAS, A. J. – *Du Sens II: essais sémiotiques*. Paris, Seuil, 1983.
4. GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. – *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979.
5. HAMAD, M. – L'énonciation: procès et système. *Langages*, 70: 35-46, 1983.
6. HAMAD, M. – *La cérémonie du thé*. (Mimeog.)
7. LAUSBERG, H. – *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Gulbenkian, 1966.
8. LAUSBERG, H. – *Manual de retórica literária*. Madrid, Gredos, 1976. v. II.
9. QUINTILIANO – *Institution oratoire*. Paris, Garnier, 1934.